



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 30 DE JUNHO DE 2017

----- No dia trinta do mês de junho do ano de dois mil e dezassete reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Jorge Magalhães e secretariada por Maria de Lurdes Castro e Mário Sérgio Cunha com a seguinte ordem de trabalhos:-

- 1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município;-----
- 2 - Delimitação definitiva da área de Reabilitação Urbana da Vila de Lousada; -----
- 3 - Delimitação definitiva da área de Reabilitação Urbana da Vila de Aparecida; -----
- 4 - Prestação de Contas Consolidadas ano de 2016; -----
- 5 - Segunda revisão ao Orçamento da Receita, terceira revisão ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos; -----
- 6 - Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – "Projeto de Natação", para o ano letivo 2017/2018; -----
- 7 - Junta de Freguesia de Nespereira e Casais - Atribuição de subsídio para obras na Casa Mortuária de Nespereira; -----
- 8 - Minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Lousada, a União de Freguesias de Cristelo, Boim e Ordem e a Fábrica da Igreja Paroquial de Cristelos; -----
- 9 - Minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Lousada, a União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga e a Fábrica da Igreja Paroquial de Silvares; -----
- 10 - Atribuição de subsídio para as obras de demolição e reconstrução do Edifício da Sede da Junta de Cristelos; -----
- 11 - Suspensão do PDM no âmbito do RERAE - Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas; -----
- 12- Declaração de Interesse Público Municipal - Projeto "Quinta da Vinha - Uma Nova Centralidade Social para Lousada"; -----
- 13 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – GARDIBORDER- Granitos, Lda – Proc. nº 243/17; -----
- 14 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – João Lopes Nogueira – Proc. nº 281/17; -----
- 15 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Isabel Maria Marques Gonçalves Melo dos Santos – Proc. nº 283/17; -----
- 16 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Rui Paulo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Brandão Faria – Proc. nº 284/17; -----

----- 17 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Lousacapotas - Fábrica de Encerados, Lda – Proc. nº 285/17; -----

----- 18 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Agostinho da Costa Ferreira – Proc. nº 286/17; -----

----- 19 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Sérgio António Silva Barbosa – Proc. nº 287/17; -----

----- 20 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Gold Shoes, Lda – Proc. nº 289/17; -----

----- 21 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Calçado Ferjor, Lda – Proc. nº 288/17; -----

----- 22 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Blusa de Tons - Confeção, Lda – Proc. nº 314/17; -----

----- 23 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Camoreinveste - investimentos Imobiliários, Lda – Proc. nº 293/17; -----

----- 24 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Engrácia da Ascensão Ribeiro da Silva – Proc. nº 294/17; -----

----- 25 - Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Ferreira & Morais da Silva-Construções, Lda – Proc. nº 315/17; -----

----- 26 - Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica; -----

----- 27 - Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Relatório de Execução Orçamental e Financeira - 1º trimestre 2017; -----

----- 28 - Documentos de Prestações de Contas do ano de 2016 e Certificado Legal de Contas - Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa; -----

----- 29 - Documentos de Prestações de Contas do ano de 2016 e Certificado Legal de Contas - Associação de Municípios do Vale do Sousa; -----

----- 30 - Fábrica da Igreja Paroquial de Nespereira – Atribuição de subsídio para obras de transformação da residência paroquial em salão paroquial.-----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Ferreira Teixeira, Maria de Lurdes Oliveira e Castro, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Alberto Oliveira em substituição de João Amadeu Mesquita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Baptista Ferro, Ana Rita Costa Neto em substituição de Fátima Marisa da Silva Pereira, João Carlos Pinto Correia, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Manuel Campos Sousa Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Ricardo Filipe de Moura Ribeiro, António Filipe Cardoso Barbosa, José Bernardino Pinto Nogueira, José Manuel Teixeira Gonçalves, António Esteves, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, Adrião Paulo de Sousa Mendes presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Elisa Maria Ferreira Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, Rosa Maria Moreira Nunes Ferreira em representação de António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de vinte nove membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel António Nunes, Agostinho Gaspar Ribeiro, Cristina Moreira, Maria Cândida Novais e António Augusto Silva.-----

----- O presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O presidente da Mesa começou por informar que Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substitui o membro António Carlos Cunha Pacheco que comunicou uma ausência por trinta dias; Alberto Oliveira substitui o membro João Amadeu Mesquita Baptista Ferro que comunicou uma ausência por trinta dias; Ana Rita Costa Neto substitui o membro Fátima Marisa da Silva Pereira que comunicou uma ausência por trinta dias; Rosa Maria Moreira Nunes Ferreira em representação de António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém e Alexandre Abílio Ferreira de Melo em representação de Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Silvares Pias Nogueira e Alvarenga.-----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e dezassete. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se de seguida à votação da ata, que foi aprovada por vinte e cinco votos a favor e quatro abstenções dos seguintes membros: Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro; Ana Rita Costa Neto em substituição do membro Fátima Marisa da Silva Pereira; António Filipe Cardoso Barbosa e José Manuel Teixeira Gonçalves.-----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e sete minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e oito minutos quando deram entradas na Assembleia os seguintes membros: José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde e Alexandre Abílio Ferreira de Melo em representação de Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares Pias Nogueira e Alvarenga.-----

----- De seguida foi apresentada a proposta número vinte e cinco do seguinte teor: “Os Grupos Municipais do Partido Socialista e da Coligação Lousada-Viva vem propor à Assembleia Municipal de Lousada um voto de profundo pesar relativamente às vítimas dos incêndios que assolaram nas últimas semanas os concelhos de Pedrogão Grande, Castanheira de Pera e de Figueiró dos Vinhos. Face à tragédia vivida, com graves consequências para as populações destes territórios e que jamais poderão ser esquecidas, manifestamos a nossa total solidariedade para os habitantes desta região, propondo-se o cumprimento de um simbólico minuto de silêncio.” -----

----- A proposta número vinte e cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos. -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e um minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Sandra Maria Leonor Pereira da Silva --

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, senhor presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, distinto público e comunicação social presente. Senhor presidente, tenho constatado que a EDP em situações de substituição e de ramais novos, tem vindo a instalar a iluminação LED. Isto de forma gratuita e sem qualquer encargo nos municípios respetivos. Há pouco tempo assistimos aqui com pompa e circunstancia, nesta mesma sala, numa medida eleitoralista, que nós compreendemos porque estamos em dois mil e dezassete e dia um de outubro são eleições, de que Lousada será o primeiro município a ter iluminação publica cem por cento LED. Olhe senhor presidente, a mim como lousadense, e uma vez como outra vez, de forma apressada, sem ser planeada, foram à última da hora buscar esta iniciativa. A primeira questão que tenho para lhe colocar é, qual o valor do cheque que foi passado? É que sabe senhor presidente, para no imediato termos isto que o senhor apresentou, teve custos e custos altos. Assisto que noutros municípios e noutros locais, não no imediato, mas com o tempo irão ter a mesma iluminação pública LED, de forma gratuita e sem qualquer encargo para os munícipes.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia e restantes membros, excelentíssimo senhor presidente do executivo, excelentíssimas vereadoras, excelentíssimos vereadores e caros membros desta Assembleia. Esta, apesar de nos encontramos já, quase, em fim de mandato, não é ainda a hora para os balanços finais, mas é hora para algum tipo de balanço, aliás como são todas as Assembleias. E neste preciso momento, não podemos deixar de ter presente, de um modo muito particular, os últimos meses deste executivo. Depois de uma gestão do quotidiano, que várias vezes aqui denunciámos, uma gestão tipo merceeiro, como aliás também várias vezes aqui dissemos, especialmente quando analisávamos os documentos que espelhavam as grandes opções, neste caso espelhavam a ausência dessas grandes opções. Vemos, chegados a escassos meses das eleições, que há um despertar, tocou o alarme da necessidade de perceber o que fazer e de perceber o pulsar da população. Se calhar algum *focus group* que tenha produzido resultados inesperados. Assim, estamos na velocidade de cruzeiro, de fazer, de prometer e de gastar. Mexe, se mexe é para gastar. São inúmeros os exemplos, mas este é o fim-de-semana do paradigma, reforço antes de falar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que não somos contra muitas das atividades, somos muitas vezes contra o modo como as mesmas são organizadas e o modo como as mesmas são promovidas. Durante anos, e isto é um facto é uma evidência, este executivo procurou, com mais ou menos critério, uma associação ou um grupo para organizar o Festival da Juventude. Apoiava logisticamente, e isto é verdade. Cediam o espaço, não tão nobre como o que cedem agora, pelo menos não tão central e tão visível e cobravam entradas. Embora desde a altura e nós aqui também denunciámos, já houvessem alguns executivos de freguesias que tivessem um sistema um bocadinho curioso de ofertas. Agora tudo muda. Porque muda, tudo. Muda o local e isto não é um pormenor. Muda a organização e isto também não é um pormenor, porque neste momento o executivo assegura toda a organização, toda a promoção e toda a divulgação, muda o sistema de entradas, totalmente gratuito. E pasmemo-nos, tudo isto acontece, quando há o maior investimento no cartaz. Quando se faz o maior investimento no cartaz, do Festival da Juventude, tudo muda. Eu sei que tudo isto pode parecer uma coincidência e talvez seja, mas talvez também não seja. Mais, já temos cartaz para o próximo fim-de-semana e mais um cartaz de peso. Podíamos falar aqui de outro tipo de borlas que também sucederam e que são absolutamente ímpares, porque não, olhando para trás, se puxarmos a fita do tempo, nós percebemos que nada disto aconteceu até ao momento, são factos absolutamente extraordinários no *modus operandi* do executivo. Tudo isto, claro, será coincidência também, será má vontade nossa tirar qualquer tipo de ilação que não seja a mera coincidência de todos estes factos. O mesmo acontece com as obras públicas, tudo a correr, tudo a fazer-se, coincidência também de estarmos a poucos meses das eleições. Eu não sei como definir, não sei se isto é constrangedor, não sei se isto é preocupante, de alguém que está preocupado, se é despesista ou eleitoralista. Agora que isto é uma triste constatação lá isso é.» -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva”

- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, caros deputados, caro público aqui presente e comunicação social. Relativamente ao assunto que o meu colega de bancada veio aqui falar, nomeadamente nos acontecimentos deste fim-de-semana, o Festival da Juventude, eu queria dizer que estou perfeitamente de acordo com o festival. Aliás tudo aquilo que for cultura, música, dança, qualquer tipo de espetáculo cultural, é óbvio que é bem-vindo para qualquer comunidade. Porque é isso que nos humaniza e que nos faz falta, muitas das vezes na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nossa vida. Eu só queria fazer uma questão ao senhor presidente sobre isso, tem a ver com o cofinanciamento. Nós sabemos que o Festival da Juventude é cofinanciado. Eu gostaria de saber o que é que é, exatamente cofinanciado, e em que percentagem? O que é que não é, se a promoção está cofinanciada, se não está? Era essa a questão que eu queria fazer.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da Assembleia, restantes membros, senhor presidente de Câmara, senhores vereadores, caros colegas e público. Relativamente ao Festival da Juventude, dizem agora que tudo é novo mas parece que concordam. Portanto há uma série de incongruências que não são novas desde algumas semanas ou meses para cá, dentro dos diversos membros da coligação. E isto está cada vez mais notório. Mas ainda assim noto que concordam com esta nova forma do festival e eu também. Relativamente à iluminação LED. Mais uma vez, aí está a grande incongruência, ao longo dos últimos anos sempre apoiaram esta iniciativa, votavam a favor, achavam muito bem, (e acho que continuam a achar) aprovaram todas as medidas, tudo que foi levado à reunião de Câmara, todos os protocolos, todo que seja. Depois de colocado e depois de estar tudo pronto, vamos lá criticar porque isto não foi bem feito.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «A nossa atitude nesta Assembleia, e já repeti isto aqui inúmeras vezes, mas vou repetir mais uma vez, porque as verdades são como as mentiras. Aliás as verdades deviam ser melhores que as mentiras, nós vivemos num tipo de sociedade pós verdade, que é, temos que repetir mais vezes a verdade para que ela seja verdade do que uma mentira para que ela seja verdade. Nós nunca fomos contra muitas das obras que aqui foram anunciadas. Fomos muitas vezes contra o planeamento das mesmas, contra a execução das mesmas e contra o financiamento das mesmas. São coisas diferentes, é bom que isto fique claro, porque nós falamos sempre de coisas diferentes e depois tentam sempre voltar as coisas ao contrário. Relativamente aos LEDs. É verdade que nós sempre fomos favoráveis à iluminação LED, tanto que fomos favoráveis que votamos favoravelmente o empréstimo para iluminação, não há aqui nenhum tipo de incongruência. E, eu continuo a assumir que o futuro passa pelo LED. Agora há uma questão que o meu colega de bancada colocou, e que é importante que seja respondida, e pode ser respondida com muita verdade e ficamos esclarecidos quanto ao assunto. Aliás não é uma questão, são várias, primeiro: é ou não verdade que a EDP



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

se prepara, ou neste momento, todas as instalações novas que faz, instala LEDs gratuitamente e todas as substituições que faz nos outros municípios faz instalação de LEDs? Isto é importante. É ou não verdade que tendo sido o município a instalar os LEDs, por concurso público, ficou como já foi falado aqui na Assembleia, com um problema, com alguma dificuldade de resolver relativamente às garantias, quando há avarias, se não chutam de uma lado para o outro, entre a EDP e o empreiteiro, sobre a substituição? Porque o empreiteiro diz que é da rede e a rede é da EDP e a EDP diz que não é da rede que é do material e não fica aqui um problema. Eu não sei, estou a perguntar. E acho que é uma pergunta absolutamente legítima. Não estamos a falar de pormenores, estamos a falar de aspetos muito importantes, de um investimento de milhões que foi feito com um empréstimo aprovado nesta Câmara. E considerando a primeira questão, esta ideia da EDP fazer substituições por LED, porque o centro da questão está aqui, esta ideia foi uma coisa que aconteceu ontem ou não era previsível que a EDP fizesse isto? Não era de todo previsível, nunca se falou disto em lado nenhum ou já era previsível e nós fomos a correr para ganharmos a medalha de ouro do primeiro concelho cem por cento LED e com isso fizemos um empréstimo de dois milhões. Porque a pergunta é esta, é assim, se me disserem, nunca se pensou, a EDP sempre assumiu que todas as substituições que ia fazer nos próximos cinco, dez anos seria sempre no mesmo modelo, com o mesmo tipo de iluminação e nós considerando esses factos, decidimos sermos pioneiros, endividarmo-nos para termos iluminação LED? Se me disserem isso, sim nunca se falou, então não há questão. Se a questão for, era previsível que a curto prazo ou até a médio prazo a EDP iria proceder a este procedimento e nós para ganharmos a medalha de ouro do primeiro concelho cem por cento LED contraímos um empréstimo de mais de dois milhões de euros, aí então, há aqui uma questão e ela tem alguma gravidade.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu tenho a certeza que o senhor presidente da Câmara saberá os números da questão da iluminação LED de cor. Também acho muito estranho que isso só agora é que venha a esta Câmara e seja aqui discutido. Vossas excelências são sempre tão ajuizadas quanto a essas questões e ao papel que desempenham enquanto oposição e nunca se tenham lembrado disso. Mas eu digo-vos a minha opinião, “candeia que vai à frente ilumina duas vezes”. Eu prefiro que nós sejamos um concelho progressista, (eu estou a falar em termos macro), do que um concelho atrasado que fica à espera da EDP, que por acaso até pertence aos chineses neste momento,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

para trocar todas as lâmpadas e sermos um concelho mais eficiente em termos energéticos. Aquilo que eu sei é que muito provavelmente a EDP vai levar anos e anos a tornar muitos desses concelhos, que têm tudo à borla, se é que é verdade, também não me acredito. Eu prefiro o dinheiro que nós vamos economizar e que muito provavelmente até vai ser mais do que aquilo que ganharíamos por esperar, e de sermos um concelho pioneiro, vanguardista que não ouve os “Velhos do Restelo” que acham que ainda devíamos apostar em candeias de petróleo, do que propriamente chegarmos a esta altura do campeonato e estarmos aqui a por em causa um empréstimo, que na altura até foi aprovado, que todos achamos bem, que nunca ninguém levantou essa questão de por em causa a eficiência energética, o ambiente, eram valores nos quais nós lousadenses e toda a população queria apostar. Portanto acho muito estranho esse *timing* mas como eu digo, o senhor presidente de Câmara ainda é mais ajuizado que eu para falar sobre esse tema. Depois há outra coisa que a mim me surpreende sempre imenso, mas será que ninguém esteve cá nos últimos três anos, a ver as obras que foram feitas, mas será que quando chegamos a estas Assembleias do último ano de mandato, começa a ser costumeiro que tenhamos de vir munidos do papel, do Excel, do computador para dizer todas as obras que foram feitas ao longo do ano. Eu acho que o problema não é não se fazerem obras, ou vocês acharem que só se fazem obras no final do mandato. O problema é que durante todo o anterior período vocês andaram na rua, a olhar para o chão, a tapar os olhos e não vêm as obras. E chegam à última sessão do mandato e acordam. E como acordam, como despertam desse sono em que andam, quase onírico, durante os últimos três anos, apercebem-se que está a ser feita obra e que continua a ser feita obra, que Lousada não parou no tempo. Que Lousada tem iluminação LED, acordaram. Lousada é um concelho culturalmente bastante atrativo, com atividades. Vocês acordam no último ano de mandato. Portanto só no último ano de mandato é que há obras. Se calhar para a próxima Assembleia vamos trazer a lista, é um convite, de todas as obras que foram feitas durante este mandato, que é para verificarmos se são feitas mais obras nos outros anos ou neste em que vocês acordam. E aí talvez nós tenhamos um ponto de vista científico para verificar se há mais obras ou não. Talvez nessa altura, haja unanimidade quanto a esta apreciação.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando por responder ao Dr. José Gonçalves. A situação é muito fácil de explicar. Aliás eu não sei se porventura a ata da última reunião não terá sido distribuída, porque consta da mesma todas explicações. Presumo, assim, que os senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

deputados não tivessem acesso, porque esta questão já foi colocada e presumo ter esclarecido esta questão, que os senhores vereadores me colocaram, mas fá-lo-ei novamente com todo o gosto. Relativamente à nova abordagem da EDP e aos LEDs, no âmbito de uma negociação que foi feita entre a EDP e a Associação Nacional de Municípios, houve uma alteração àquilo que designam de ANEXO I ao protocolo que existe com os municípios no que respeita à concessão. Como certamente saberão, a rede de iluminação pública e a alimentação de energia em baixa pertence aos municípios. Está a ser gerida pela EDP, porque há uns anos atrás foram feitos contratos de concessão com a EDP e esta entidade passou a gerir essas infraestruturas. O contrato tem as suas cláusulas, tem os direitos e obrigações de ambas as partes e é natural que por força do tempo de vigência do mesmo e da evolução tecnológica que entretanto houve que esse contrato não a contemple. Portanto a Associação Nacional de Municípios fez pressão junto da EDP para que, pelo menos os novos ramais e a substituição de material obsoleto, viesse a ser feito por tecnologia LED. Uma vez que já havia municípios a apostar nessa tecnologia, não faria sentido os municípios colocarem luminárias LED e depois a EDP nas substituições ou nos novos ramais colocar outra tecnologia mais atrasada. Portanto isto é uma falsa questão, isto não vai resolver problema nenhum, de município nenhum. É só para evitar o problema que surgiria aqui em Lousada e noutros municípios que embora não tenham a cobertura total, já fizeram alguns investimentos também com esta tecnologia LED, e não faria sentido depois haver necessidade de substituir e colocar a tecnologia anterior. E por isso eu acho que era um assunto que estava mais do que esclarecido, nomeadamente no que respeita a todos os benefícios desta abordagem, do ponto de vista ambiental, mas também e sobretudo do ponto de vista económico. Já foi dito mais que uma vez que este investimento tem um retorno fantástico, que em menos de dois anos se paga por si só. E portanto devíamos estar à espera de quê? À espera daquilo que não fazia sentido, que é pagar contas elevadas na fatura energética da iluminação pública? E por outro lado com um problema grave para resolver, uma vez que, como sabem, tínhamos lâmpadas desligadas e enquanto não baixássemos a fatura energética não haveria condições para as voltar a ligar? Portanto resolvemos uma série de problemas com uma medida muito simples, arrojada, mas que foi desde sempre muito bem ponderada, articulada com a própria EDP. Esta questão da mudança do ANEXO I é muito recente, é posterior às negociações que fizemos e às decisões que nós tivemos que tomar, mas se fosse hoje, não era pelo facto de ser feita essa alteração que eu iria alterar a decisão, uma vez que, como disse, não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

resolve o problema de base, quando muito ia resolver um por cento, dois por cento da rede, não tem expressão. E portanto relativamente a isto fico incrédulo com algumas coisas que ouço e não sei o que é que há aqui de diferente, porque conforme disse o Nelson ou o João, já não sei, foi uma medida e uma decisão que foi aprovada por unanimidade na Câmara, foi aprovada por unanimidade aqui na Assembleia, a própria oposição publicamente já felicitou em devido tempo esta medida. Terá sido pelo facto de termos sido os primeiros, termos destaque na comunicação social e termos aqui o Primeiro-ministro? Isso é que é incompreensível, porque se não fosse isso nós não tínhamos aqui problema nenhum, não tínhamos aqui este ponto a ser discutido hoje, não havia problema nenhum. Como se deu destaque a isto e fomos os primeiros criou logo aqui o mau estar. E portanto acho que é lamentável. Depois relativamente à intervenção do Dr. Filipe Barbosa. Também já não é a primeira vez que se diz aqui que a nossa gestão é uma gestão do quotidiano e tipo merceeiro. Eu não sei se vocês têm alguma coisa contra os merceeiros, eu não. Aliás não conheço nenhum merceeiro que tivesse falido, embora também os haja certamente. Mas conheço grandes empresas, com grandes estruturas, mesmo de recursos humanos, com CEO e que vão à falência. Portanto as contas de merceeiro ainda são aquelas que são mais fiáveis e aquelas em que o povo mais acredita porque são muito simples, concretas e mensuráveis. Chame-lhe o que quiser mas Lousada tem essa honra de ter sempre um executivo de boas contas, já com mais de duas décadas, a caminho de três e isso é que é de assinalar. E portanto peço meças a quem quer que seja nessa medida e chame-lhe o que quiser, merceeiro ou outra coisa qualquer. Em termos de gestão e de resultados de contas públicas de facto Lousada pode, com toda a certeza, orgulhar-se do seu passado e do seu presente. Depois, enfim, diz que tocou o alarme para fazer, prometer e gastar. Estamos a fazer aquilo que nos propusemos fazer. Já o disse mais que uma vez também que algumas obras, por nossa vontade, já estariam feitas há mais tempo. Não vale a pena estar aqui a falar sobre isso, mas sabem perfeitamente que houve aqui alguns atrasos, algumas burocracias, algumas repetições de deliberações que tiveram de ser tomadas. E portanto deslizou a execução desse plano de investimentos, mas o certo é que ele está em marcha, está a ser executado, bem feito, sem pressa. E portanto estamos de consciência tranquila e com a plena convicção de que está a ser feito aquilo que devia ser feito e que vai ficar bem feito. Relativamente ao Festival Vila, não muda tudo. Agora houve aqui uma alteração significativa das circunstâncias, que foi o facto de este ano ter sido possível apresentar uma candidatura no âmbito do PARU, que prevê ações imateriais e que nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aproveitamos para incluir o Festival Vila. Estamos a falar de uma candidatura que vai apoiar em oitenta e cinco por cento do valor elegível. Estamos a falar de cerca de cinquenta e três mil euros, da candidatura, depois há algumas despesas que não são elegíveis mas não têm grande expressão, o grosso do festival vai ser pago através dessa candidatura. E no próximo ano há condições para voltar a apresentar uma outra candidatura. Depois relativamente ao local, é verdade que muda, porque entendemos que era importante fazer alterações, um local mais central, com outra nobreza, também é verdade. Relativamente à organização, não muda muito em relação ao ano anterior, porque a Associação de Cultura Musical de Lousada continua a fazer parte da organização, vai ter um papel de destaque também no festival, nomeadamente, com diversas atuações de músicos do conservatório. Portanto muda sim o local e o sistema de entradas. Sendo uma despesa financiada pelos fundos comunitários não poderia ter entrada paga, ou então se tivesse entrada paga tínhamos de fazer um estudo de viabilidade económico-financeira e só poderia ser apoiado na justa medida em que gerasse défice. Relativamente ao alegado maior investimento no cartaz, não sei se é o maior ou se não é. Fizemos por ter um cartaz de qualidade e podem estar certos que nos próximo ano vamos ter seguramente um cartaz de grande qualidade, se não melhor. Depois disse que no próximo fim-de-semana voltamos a ter um novo cartaz de peso. Fico contente por tê-lo dito, é o mesmo cartaz que neste mandato tem existido nos mesmos fins-de-semana, estamos a falar do Festival de Luz, já vi algumas críticas também por parte da coligação, porventura há quem não goste, mas a esmagadora maioria dos lousadenses gosta. E com o tempo vocês vão perceber que é um espetáculo de grande qualidade, feito por uma empresa que é uma referência a nível mundial. Se repararem, esta iniciativa da SIC que agora está a levar a televisão por todas as capitais do distrito, tem também um espetáculo de vídeo mapping, que é feito justamente pela mesma empresa que tem colaborado connosco, nesta forma diferente de fazer cultura. É verdade que não é vulgar de todo, são muito poucos os municípios que oferecem esta componente à sua população. Mas também por aí temos feito a diferença e o certo é que conseguimos também concretizar esta componente, este ano e no próximo também com apoios comunitários e estamos a trabalhar já no sentido de encontrar novas candidaturas para os anos seguintes. Depois relativamente à intervenção da Dr.^a Cidália Neto, pelo que percebo está de acordo com o festival e relativamente aos financiamentos presumo já ter respondido. Relativamente à última intervenção do Dr. Filipe Barbosa, eu julgo que porventura não querem ser esclarecidos, querem é lançar confusão com esta questão da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

EDP. Mas espero ter feito o devido esclarecimento. Acho que é um assunto claro e portanto não percebo estas dúvidas ou pseudo-dúvidas que trazem aqui, num assunto que já mereceu unanimidade por parte de todos, não percebo estas questões noutro contexto que não seja o facto de termos sido destacados a nível nacional por esta medida e por termos sido pioneiros neste investimento.» -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Apenas, algumas considerações. Primeiro dizer que o facto de esta questão ter sido recolocada, prende-se exatamente com aquilo que eu disse aqui, com factos novos. Foram factos novos que nos trouxeram novamente a este púlpito para recolocar a questão. Não é lançar confusões. Factos novos exigem esclarecimentos novos. Só para esclarecer. Segundo, relativamente a sermos pioneiros, eu gostava também, já agora, que me dissessem, parece que há três ou quatro anos atrás também fomos pioneiros na substituição das luminárias por luminárias de plástico, ou não? Fizemos um investimento muito grande na substituição de luminárias que agora foram todas, elas devem estar aí guardadas num sítio qualquer, porque agora como temos LEDs. É só para esclarecer, provavelmente o facto de andarmos sempre a correr, depois tem estas implicações, fazermos investimentos que acabam por não ter o seu retorno, porque não ficam o tempo necessário para que o tenham. E já aqui se falou várias vezes em estudos. Eu não sei se foi feito, verdadeiramente algum estudo aplicado em concreto ao concelho de Lousada, considerando a rede de iluminação existente em Lousada e o que é que isso significava, em concreto, com a substituição por iluminação LED. Porque o estudo nunca chegou a evidências, está aqui o estudo, a poupança é esta, há tantas luminárias ligadas, a substituição custa tanto, a conta vai baixar em tanto, por isso em dois anos, como o presidente disse, isto vai ser poupado. Por isso eu imagino que haja um estudo concreto que explique isso. Mas eu tenho uma questão, se o estudo existir, se ele foi feito com as luminárias que estavam ligadas na altura, porque lembro-me de aqui se ter falado, quando se desligaram imensas, não foram centenas, foram uns milhares de luminárias, por uma questão de poupança, antes da substituição. Se ele foi feito quando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

essas luminárias estavam ligadas ou estavam todas desligadas. E se agora que foram colocados os LEDs e que milhares de luminárias novas foram ligadas, se essa poupança continua a existir? É uma questão que também me parece bastante pertinente ser colocada aqui. Relativamente a um comentário que se fez sobre as obras e o investimento em final do mandato. Há um estudo, agora não me lembro se foi feito pela Universidade de Coimbra ou pela Universidade do Porto mas depois podemos procurar, que analisou o impacto das campanhas eleitorais autárquicas na gestão dos municípios. E Lousada será um caso de estudo, se não aumentar entre vinte a trinta por cento, no mínimo, o investimento no ano das eleições. Mas isso é um estudo, Lousada se não se enquadrar dentro da amostra será um caso de estudo, por ser o município que salta fora disto. Mas seria interessante perceber isto. E depois queria congratular-me pela palavra diferente, foi aqui repetidas já três vezes, diferente, realmente ao fim de quase quatro anos, perceberam que era preciso fazer diferente.» -----

----- Intervenção da Sr^a Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente, relativamente ao espetáculo de luz, sabe que eu não sou grande adepta, principalmente quando uma parte já é repetida, vamos para a quarta vez, certo, acho uma redundância, onde falta criatividade, eu sei que este ano também vamos ter uma parte nova, sobre a biodiversidade, vamos ver o que haverá aí diferente, mas realmente não sou grande adepta, devo dizer. No entanto eu lembro-me que há um ano atrás, sensivelmente, falávamos aqui de valores, nomeadamente do espetáculo de luz e do espetáculo teatral, e que o senhor presidente me disse que esse valor ia ser contemplado no âmbito de uma candidatura, julgo eu e desminta-me se eu não estiver a dizer verdade, no âmbito da requalificação urbana. Agora se bem o ouvi dizer para o ano vai ver se pode ser enquadrado numa candidatura. O que eu quero saber é, foi cofinanciado na altura ou não foi? Fiquei com essa dúvida. Ainda relativamente ao Festival Vila, o senhor foi um bocadinho evasivo na resposta que me deu, não sei se me quer dizer concretamente, porque falou aí de alguns gastos que não estão no âmbito do cofinanciamento. Eu perguntei-lhe diretamente se a promoção estava ou não nesse cofinanciamento. Não me disse que sim nem que não, depreendi que não, disse-me que eram valores pequenos, se conseguir ser mais concreto, agradecia.» -----

----- Eram vinte e duas horas e treze minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Alberto Carlos Bessa de Sousa -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Eu porventura não terei feito todos os esclarecimentos ao que parece sobre os LEDs. Esta alteração que houve ao contrato de concessão, só resolve o problema das novas abordagens, novos ramais, novas ruas que se queiram fazer, não resolve as existentes. É certo que vocês podem questionar se no futuro a EDP não vai acabar por assumir e substituí-las todas. E o que eu posso responder é que isso é uma possibilidade, mas certamente, a acontecer, será apenas a longo prazo. E eu estou plenamente convencido que isso nunca vai acontecer antes da renegociação dos contratos de concessão. Os contratos de concessão estão a chegar ao fim, nós temos mais meia dúzia de anos. Estamos na CIM a estudar o assunto para aproveitar as sinergias dos onze municípios para, em bloco, lançarmos um concurso para o novo contrato, estabelecendo novas condições, para termos condições mais favoráveis, aproveitando a maior escala. Antes disso, a EDP não vai colocar coisa nenhuma. Podem estar bem cientes disso. Aliás para a EDP, como devem imaginar, não serão muito convenientes estas alterações, porque determinam menor consumo de energia. E isto, apesar das empresas estarem separadas, ou seja, a empresa que fornece a energia não é a mesma empresa que gere a rede, embora o grupo seja o mesmo. Ainda por cima, nós, os municípios, clientes de iluminação pública, somos excelentes clientes porque consumimos de noite que é o período onde há menos procura de energia. E como sabem a EDP tem sempre essa dificuldade de equilibrar a produção e o consumo de energia. Portanto dava muito jeito que houvesse este consumo de energia durante a noite. Portanto como hão-de perceber não é fácil também para a EDP. Depois implicamo-la desde o início no processo, porque não queríamos de maneira nenhuma criar um problema para o município, porque a experiência também nos dizia que sempre que o município quisesse uma solução que não fosse homologada, por exemplo num jardim, a manutenção e a conservação teria que ser assumida pelo município. Por isso é que nós não tínhamos essas soluções a não ser um caso ou outro aqui, no Monte do Senhor dos Aflitos e pouco mais. Portanto preferíamos sempre as soluções homologadas pela EDP para que depois a conservação fosse assumida pela empresa. Aqui tivemos esse cuidado e quando abrimos o concurso exigimos que fosse material devidamente homologado e certificado pela EDP. Exigimos também uma garantia de dez anos, muito embora a garantia para nós acaba por não ter um grande efeito porque também está agora previsto transmitir a nossa posição contratual em termos de gestão das garantias para a EDP, para que seja esta a entidade a resolver sempre que surja um problema, como já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

surgiu nomeadamente em Santo Estevão. Já foi falado aqui numa Assembleia de uma rua que teve uma avaria, porventura uma descarga de trovões, em que houve de facto esse problema porque a EDP entendia que o problema estava no material e a empresa fornecedora dizia que foi um problema da rede. Portanto nós para evitarmos essa discussão, negociamos com a EDP a transferência da garantia, para que seja a EDP, se porventura surgir mais algum caso desses, a discutir com a empresa fornecedora de quem é a responsabilidade. Portanto concluindo, seguramente que esta medida do ponto de vista económico é muito interessante, faz todo o sentido e continua a fazer para todos os municípios que tiverem capacidade de financiamento de avançarem sem aguardarem por candidaturas. Aliás, relativamente às candidaturas, não sei se estão recordados, as primeiras três mil luminárias que nós colocamos foram objeto de um financiamento comunitário. Só que entretanto as regras mudaram. Inicialmente não estava previsto que fosse um financiamento reembolsável e depois o processo esteve parado cerca de dois anos e quando foi desbloqueado, alteraram as regras, e foi constituído o fundo de eficiência energética, para o qual todas as entidades beneficiárias têm de contribuir com parte da poupança da fatura energética. Portanto deixou de ser tão interessante, porque no fundo nós fomos apoiados, mas agora todos os anos, temos de fazer uma devolução em função daquilo que é a poupança dessas três mil. Depois o segundo concurso público foi financiado através do empréstimo, foi votado aqui por unanimidade e aí já não vamos ter essa necessidade. Como sabem conseguimos um *spread* excelente, volto a dizer, em menos de dois anos, temos o investimento pago, tem um *payback* muito interessante. Se porventura tivesse vindo quando esteve cá o senhor primeiro-ministro, teriam a possibilidade de assistir a uma apresentação que o professor José Luís Alexandre, professor na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto fez. Ele colaborou connosco desde o início, aliás nós antes de tomarmos esta decisão fizemos imensos ensaios, colocamos luminárias por aí de diversas potências, fizemos um outro ensaio aproveitando a luminária que existia, colocando uma lâmpada, mas isso não era homologado pela EDP e abandonamos a ideia. Fizemos um trabalho de campo muito grande, se há investimento que foi planeado e com tempo foi este. Esse estudo naturalmente que contabilizou o cenário à partida e o cenário à chegada, depois de ligarmos a três mil luminárias, mas isso são contas muito fáceis de fazer, qualquer um de nós tendo esses dados, depois se quiserem posso fazê-los chegar, faz essas contas é muito fácil. É pegar no número de luminárias ver qual é a potência delas, qual o número de dias e o número de horas que estão a funcionar multiplicar pelo quilowatt-hora, chega-se a um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

determinado valor que era coincidente com aquilo que era a nossa fatura energética, reduzindo cento e cinquenta watts para quarenta e quatro é uma diferença abismal, não é preciso ir a Coimbra para ver a alteração, a poupança substancial que vamos conseguir. A grande percentagem das luminárias eram de cento e cinquenta watts, depois havia algumas de setenta mas muito pouquinhos e algumas também mas muito poucas de cem, mas para aí oitenta e cinco por cento das luminárias tinham uma potência de cento e cinquenta watts. Há municípios e aqui nas redondezas é fácil vocês entrarem aí pelas freguesias limítrofes ao concelho de Lousada veem material muito mais antigo e lâmpadas muito menos potentes, devem ser lâmpadas de setenta watts não tinham a qualidade de iluminação que nós tínhamos. Nesses municípios o ganho não será tão grande, mesmo assim de setenta para quarenta e cinco, continuam a ter, mas o *payback* não será tão expressivo como no caso de Lousada. Depois relativamente à questão do aumento de vinte ou trinta por cento. Eu depois faço-lhe esse desafio, para o ano, quando estivermos a discutir o investimento que vamos levar a cabo. Se calhar ainda vamos ter mais investimentos do que este ano, porque há uma série de obras que estão a ser preparadas no âmbito das candidaturas. Aliás três delas já vão iniciar este ano, uma já está adjudicada que é a questão do saneamento, tínhamos aí uma candidatura perto de três milhões de euros, uma parte era das Águas do Norte da rede em alta, mas cerca de dois milhões de euros, é da rede em baixa. Três candidaturas para se concluir a rede de saneamento nas três bacias, do Mezio, do Sousa e do Vizela. Portanto ainda este ano as obras vão arrancar, mas em termos de execução financeira vai ser mais expressivo no próximo ano. E como essas, muitas outras estão aí já na forja e portanto se calhar vai chegar à conclusão que nós para o ano vamos ter mais investimento do que neste. Aliás, aconteceu um pouco também isso no início deste mandato, devem estar recordados que os sete centros escolares foram planeados e lançados no anterior mandato e foram executados neste. Mas já estamos habituados de quatro em quatro anos o discurso repete-se. Depois relativamente à intervenção da Dr.^a Cidália Neto. Eu peço desculpa porque fui impreciso no meu esclarecimento, o festival de vídeo mapping também foi financiado este ano. O que eu queria dizer há pouco é que estamos a procurar outra linha de financiamento no âmbito do INTERREG. Não é fácil mas temos sido muito bem-sucedidos nas candidaturas apresentadas diretamente a Bruxelas, porque a estas candidaturas que são feitas através da autoridade de gestão, que aqui é a CCDR, todos os municípios vão e há aqui uma espécie de “FEFização” dos fundos. Sabemos que todos os municípios têm direito a um determinado montante. Portanto a diferença é procurar os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

canais próprios, os parceiros próprios e apresentar candidaturas diretamente a Bruxelas e temos sido muito bem-sucedidos. Aliás se repararem naquelas informações que eu junto em todas as Assembleias, faz-se menção a alguns desses projetos, normalmente são mais ações imateriais, não para ações de infraestruturas. Mas as ações imateriais têm também o seu peso económico e portanto há um ganho para o município de as financiar através dessas candidaturas. Depois relativamente ao Festival Vila, a promoção não está incluída, não sei dizer agora ao certo qual é o valor, mas não são muito expressivos, mas posso fazer-lhe chegar esses valores, com certeza, sem problema nenhum.» -----

----- SEGUNDO PONTO: Delimitação definitiva da área de Reabilitação Urbana da Vila de Lousada -----

----- Intervenção da Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente eu gostava de saber se o presidente de Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, foi ouvido neste processo. Se não foi ouvido, gostava de saber porquê? Porque é que ele tem tratamento diferenciado, uma vez que hoje estamos numa onda diferente, em relação a outros presidentes de Junta. Já não é a primeira vez, este não é o primeiro assunto que o presidente de Junta se queixa que a Câmara praticamente não o ouve. Aliás pelo que sabemos, ultimamente, para qualquer coisa, contrariamente ao que acontece noutros casos, ele não espera uma semana, duas ou três, às vezes espera mais de um mês. Este foi um desses casos senhor presidente?» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Respondendo aqui ao Dr. José Gonçalves. Confesso que fiquei sem perceber o que é que pretende com a sua questão. O senhor presidente da Junta da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga não foi formalmente ouvido, como não foram os outros também, não foi o de Cristelos, Boim e Ordem, como não foi também a senhora presidente do Torno e o senhor presidente de Vilar do Torno e Alentém. Não tinham que ser, muito embora foi público a delimitação que aprovamos em junho, porque vocês receberam, com certeza, aqui na Assembleia a documentação. E lembro-me do senhor presidente da Junta de Silvares ter questionado, o porquê de não se incluir a zona ribeirinha. E eu ter explicado que não era possível. Portanto confesso que não percebo o alcance da sua questão. Não foi ouvido porque não era necessário, nem achamos que fizesse algum sentido, está devidamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

clarificado no estudo, nos relatórios, a metodologia adotada. Não pelo facto de uma determinada Junta não concordar com esta ou com aquela delimitação, porque já o expliquei na reunião de Câmara, que nós para evitar alguns problemas de deixar de fora algumas zonas, já pecamos por excesso, já incluímos zonas que não são propriamente centrais. Eu já expliquei na reunião de Câmara que estes planos foram gizados para três situações: para centros históricos, para zonas ribeirinhas e para áreas industriais abandonadas para as requalificar para zonas verdes. Portanto a única situação em que se encaixava o programa aqui em Lousada era nas zonas históricas. E para além aqui do centro e de um perímetro pouco alargado, receávamos que fosse demasiado alargado e que pudesse depois não ser validado pela autoridade de gestão e pelo próprio instituto da habitação e reabilitação urbana, que tem também que aprovar, que depois não se cumprisse com os requisitos. Fomos até ao limite, quando muito podia o senhor presidente dizer que não devia ser tão lato o limite mas isso também não acredito que o fosse dizer. Enfim acho que é inócuo. Depois relativamente às abordagens, às operações que vão materializar o plano, nomeadamente à intervenção no espaço público, aí sim, fará sentido no futuro quando se avançar com estas intervenções, com esses projetos, aí sim faz sentido ouvir os senhores presidentes de Junta. Neste momento achamos que não fazia grande sentido.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da delimitação definitiva da área de reabilitação urbana da Vila de Lousada, conforme estabelece o nº 1 do art.º 13º do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 32/2012 de 14 de agosto” -----

----- A proposta número um foi aprovada por dezanove votos a favor e quinze abstenções dos seguintes membros: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Ana Rita Costa Neto em substituição de Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, José Manuel Teixeira Gonçalves, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de Freguesia de Nevogilde, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Alexandre Abílio Ferreira de Melo em representação de Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvaes Pias Nogueira e Alvarenga.-----

----- TERCEIRO PONTO: Delimitação definitiva da área de Reabilitação Urbana da Vila de Aparecida. -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: «Só para registar a diferença de a Coligação não ter perguntado se a senhora presidente do Torno e o senhor presidente de Vilar do Torno e Alentém foram ouvidos também sobre esta delimitação.» -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da delimitação definitiva da área de reabilitação urbana da Vila de Aparecida, conforme estabelece o nº 1 do art.º 13º do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 32/2012 de 14 de agosto -----

----- A proposta número dois foi aprovada por dezanove votos a favor e quinze abstenções dos seguintes membros: Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, Ana Rita Costa Neto em substituição de Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, António Filipe Cardoso Barbosa, José Manuel Teixeira Gonçalves, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, Alexandre Abílio Ferreira de Melo em representação de Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvaes Pias Nogueira e Alvarenga.-----

----- QUARTO PONTO: Prestação de Contas Consolidadas ano de 2016. --

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação das contas consolidadas do exercício de 2016, nos termos do nº 2 do art.º 76º da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro, conjugado com a alínea l) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- QUINTO PONTO: Segunda revisão ao Orçamento da Receita, terceira revisão ao Orçamento da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da segunda revisão ao orçamento da receita, terceira revisão ao orçamento da despesa e terceira revisão ao plano plurianual de investimentos nos termos da alínea a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- SEXTO PONTO: Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – “Projeto de Natação”, para o ano letivo 2017/2018 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por dois anos económicos distintos de acordo com os seguintes valores: ano de 2017 – 69.300,00€ (sessenta e novemil e trezentos euros) + IVA e ano de 2018 – 118.000,00 (cento e dezoito mil euros) + IVA”, para a concretização do “Projeto de Natação”, atividades físicas e desportivas integradas na atividade de enriquecimento curricular para os alunos do 1.º ciclo dos estabelecimentos do ensino público do concelho para o ano letivo 2017/2018, em cumprimento do disposto na al. c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- SÉTIMO PONTO: Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -
Atribuição de subsídio para obras na Casa Mortuária de Nespereira -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada aprovação de um subsídio, a atribuir à Junta de Freguesia de Nespereira e Casais, no valor de 4.000,00€ para obras de impermeabilização da cobertura da Casa Mortuária de Nespereira, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro” --

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- OITAVO PONTO: Minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Lousada, a União de Freguesias de Cristelo, Boim e Ordem e a Fábrica da Igreja Paroquial de Cristelos -----

----- Intervenção do Sr. Eduardo Vilar Presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem: «Excelentíssima Mesa da Assembleia Municipal, excelentíssimo executivo, caros colegas deputados municipais e excelentíssimo público. Aparentemente depois de todas as votações e da forma como correram, parece perfeitamente anormal eu vir aqui, mas por um lado, em defesa da honra da minha freguesia, e dos princípios que até hoje aqui nesta Assembleia ouvi a apregoar mas que me deixaram perfeitamente confuso, quando no *facebook* li, aquando da votação ou após a votação deste assunto em reunião de Câmara, um comentário se me permitem, passo a ler, porque é público, fala-se da sepultura antropomórfica, fazem-se alguns comentários, algumas duvidas, fala-se de crime, sublinho crime, e alguém responde: “Aguardo pelos estudos científicos e parecer da autarquia. Não sou especialista no assunto mas concordo com o que afirma. (questão do crime) Daí ter solicitado o parecer porque não vou estar envolvida em nenhum crime contra o património do meu concelho no exercício das responsabilidades que em foram conferidas nas eleições autárquicas.” Parece-me bem é uma atitude sensata. Mas o que me deixa mais pasmado, é que exatamente em cotejo com uma situação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ipsis verbis igual, da união de freguesias ao lado, ninguém teve esta preocupação, nem pouco mais ou menos. Eu, se me permitem, vou ler aquilo que respondi, depois de ler todos os comentários desenvolvidos, confesso que perdi um bocadinho a paciência e tive de dizer alguma coisa. E respondi desta forma: “Depois de tanto se dissertar sobre este tema, descansam os preocupados que salvaguardo todas as questões legais técnicas e culturais, foram feitas sondagens arqueológicas, (não sei se no outro lugar foi feita desta forma, parece que não) foi feito reajustamento do projeto em função dos achados e sempre com a aprovação escrita da entidade que tutela estas ações.” Está aqui a aprovação escrita do relatório e da execução das medidas cautelares. Eu posso deixá-lo ao senhor presidente da Assembleia para que junte depois à ata. Portanto penso que aqui estão desvanecidas todas as dúvidas quanto ao crime, não me pauto por esse princípio. E também continuo dizendo que, “espero que noutra situação idêntica tenham tido as mesmas preocupações de isenção política. Continuamos a trabalhar com a mesma determinação, motivação e muita responsabilidade, contrariamente ao que querem fazer crer. Lamento que seja esse o caminho escolhido mas eu não vou por aí”. Diz o parecer da Direção Regional de Cultura do Norte, “concorda com o parecer proposta favorável que e o relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos de requalificação do Adro da Igreja Paroquial de Cristelos tem condições de ser aprovado”. E continua, “comunico por despacho do senhor subdiretor geral que foi emitido parecer favorável sobre o processo acima referido com os termos da informação em anexo”. E depois diz na parte final, depois de apresentado o relatório, que penso que terá chegado à Câmara e aos senhores vereadores, ao senhor vereador que tutela. Efetivamente não é nada porque tudo está salvaguardo e devidamente sustentado. Diz ainda, o relatório informa, que foram tomadas todas as medidas para preservação dos vestígios arqueológicos, os quais ficarão sobre tela protetora e referenciadora, cobertas com material inerte limpo, além disso o espaço relacionado com aqueles vestígios será destinado à área de jardim, correspondendo a uma alteração do projeto, no sentido de privilegiar a preservação dos vestígios arqueológicos.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia: «O que eu tenho a dizer é que conheci os factos agora, não conheci efetivamente o que passou ou não, escapam-me por completo. Não ouvi aqui referência a ninguém em particular. Há aqui uma abordagem abstrata, devem ter tido alguma posição sobre esta matéria, e esclareceu-a aqui o presidente da Junta. Não vejo aqui nada de especial nisto.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: «Só para acrescentar que relativamente aos casos de Cristelos e Silvares, eles na metodologia não são diferentes. O senhor professor não sabe, nem tem de saber, mas no caso de Silvares também foi feito o estudo arqueológico, como não podia deixar de ser. Inicialmente o senhor presidente da Junta pensava que não era obrigatório, porque ia ser uma intervenção superficial, sem grande escavação, mas depois o senhor vereador deu nota de que tinha mesmo de ser. Naturalmente que a Câmara não iria financiar umas obras, numa área sensível, quer em Cristelos, quer em Silvares, nos Adros das Igrejas, que estão devidamente sinalizados no próprio PDM, como área de interesse arqueológico, não iria financiar essas obras sem ter garantias de que esses estudos tinham sido feitos. É verdade que no dia da deliberação de Câmara eu não tinha lido os relatórios, nem tinha que ler, porque estamos a lidar com duas entidades públicas, sérias, e que devem merecer, da minha parte, a confiança necessária para o efeito. Sendo certo que se algum problema existisse, nomeadamente por parte de algum achado arqueológico, teria que ter, naturalmente, o encaminhamento devido porque passa pela tutela, Direção Regional de Cultura do Norte. Portanto para mim foi sempre um falso problema porque sabíamos que se houvesse algo de maior que implicasse com as obras ou que determinasse a sua suspensão, essa questão já seria seguramente do meu conhecimento. De qualquer modo, depois da reunião de Câmara pedimos a uma Junta e a outra esses estudos, já nos fizeram chegar e está tudo em conformidade.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número sete do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do protocolo, anexo à proposta, que visa estabelecer cooperação técnica e financeira entre a União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, Município de Lousada e Fábrica da Igreja Paroquial de Cristelos, tendo em vista a realização das obras de Requalificação do Adro da Igreja Paroquial de Cristelos, conforme o disposto na al. j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- A proposta numero sete foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Com declaração de voto dos seguintes membros:-----

----- António Filipe Barbosa da Coligação Eleitoral PPD/PSD.CDS-PP: " Voto favoravelmente. Não há aqui nenhuma confusão. Aliás, a confusão já foi esclarecida pelo senhor Presidente da Câmara, se existiu confusão foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

porque, na altura, quando a votação foi ao executivo os estudos, existindo, não estavam lá ou eram desconhecidos. Começa logo por aí. Na verdade, também reconheço aquilo que o senhor Presidente da Assembleia disse, não houve aqui ninguém que fosse visado diretamente. Mas foi uma introdução que não consegui perceber e isto também não tem que ver com o meu voto, provavelmente esperaria uma outra atitude da Bancada da Coligação, que não houve, porque esperariam não sei muito bem o quê e como a introdução já estava feita acabou por parecer na mesma com algum teatro, com algum teatro à mistura. Não consigo perceber. Inaugurou-se aqui, ainda bem que estamos no fim do mandato, uma citação de facebook sem que se nomeie a pessoa. Isto não abre uma porta, isto abre imensas portas. Podia começar por aí, eu li no facebook da Dra. Cândida Novais, porque isso permitia que a Dra. Cândida Novais tivesse oportunidade de responder. Isso era totalmente diferente. Mas isto inaugurou uma porta totalmente nova só para perceberem que não há aqui nenhuma confusão. Nós, claramente, ou melhor, os membros do executivo, os vereadores do PSD e da coligação na reunião de câmara tiveram dúvidas, sim porque os estudos não estavam lá e havia essa dúvida, esclarecidas as dúvidas o voto é favorável. -----

----- E Nelson Oliveira do Partido Socialista: "Voto favoravelmente, porque ao contrário dos senhores Vereadores da Coligação e não dos Deputados Municipais, nunca tive dúvidas. E se as houvesse, as dúvidas deles, julgo eu como a bancada supostamente reúne, coaduna numa uniformidade, um não tinha votado contra, outro absteio e outro votado a favor, portanto são três opções diferentes, que dá para tudo. E eu quero louvar o professor Filipe Barbosa pelo esforço que teve aqui a tentar unificar esta situação, que não era fácil, mediante esta panóplia de opiniões. E a diferença de opiniões que são democráticas e salutar e em alguns assuntos não havia necessidade, até porque noutras situações idênticas, não houve problema algum em votar favoravelmente." -----

----- NONO PONTO: Minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Município de Lousada, a União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga e a Fábrica da Igreja Paroquial de Silvares -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «É rápido, desde que Alvarenga anexou Silvares, que eu também me preocupo com Silvares. E bastante, devo essa gratidão ao governo PSD-CDS. Como é óbvio isto é um investimento e é um apoio que tem de ser dado a uma união de freguesias, que merece, cujo presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tomou a decisão de fazer esta obra em ano eleitoral, a poucas semanas das eleições. Vamos usar as mesmas coisas, os mesmos argumentos, o que é para uns é para outros. Eu sei que há pessoas que têm os recados do Dr. Fausto mas eu também me sinto aqui quase como procurador dele. E passo a explicar, vocês colocaram-no numa posição muito difícil, vocês votaram os três diferentes na reunião de Câmara, e ele hoje ia-se ver à rasca, é essa mesma a expressão, à rasca, para vir aqui defender a dama dele. É que nem era vidente nem era tridente, três posições distintas e ele no meio. Quando é vidente, olhamos para futuro e vemos, o PSD vota para um lado e o PS vota para o outro. Quando é tridente, a coisa fica mais complicada porque fica sempre alguém, e neste caso foi o senhor presidente da Junta. Que soube-o, com muita sorte, tem hoje Assembleia de Freguesia. Acontece, foi uma feliz coincidência, citando ali o meu colega Dr. Filipe. Aí foi vidente, ele e o presidente da Assembleia, foram os dois videntes. E portanto eu enquanto procurador, quase, em gestão de negócios, agradeço o facto de votarem favoravelmente, se é que o vão fazer, não há nada que legitime este apoio à freguesia. Aliás, apoios esses, que tanto nós como vós, tanto reclamam de investimento nas freguesias. E portanto desde já e antecipadamente agradeço o voto unanime favorável.» -----

----- Intervenção da Sr. José Gonçalves do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Bom, desde que Alvarenga anexou Silvares, Pias não, a coligação foi sempre favorável a obras. Agradeço o momento de boa disposição que teve aqui. A questão não está nas obras. Aliás, ainda no ponto anterior numa Junta em que o presidente de Junta não é da coligação, não pertence, votamos favoravelmente. A grande verdade é esta. O que devemos e temos é que chamar sempre à atenção, o porquê, esta coincidência de só agora estas obras todas aparecerem. Senhor presidente da Câmara, eu não sei se são vinte, trinta por cento em tempo de eleições, mas há uma coisa que eu hoje tenho aqui de dizer, muitas vezes nesta sala, eu critiquei o atual presidente da Assembleia Municipal, então presidente da Câmara Municipal, pela forma como ele geria o município em tempo eleitoral. Hoje tenho que me retificar e dizer, olhe, nem o Dr. Jorge Magalhães, nos seus melhores tempos, recorria a tamanhos mecanismos e fazia obras tão à pressa como o Dr. Pedro Machado. Isto desde que Alvarenga anexou Silvares.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Agora vamos deixar o tom jocoso. A mim há duas coisas que me preocupam muito, apesar de eu ir votar favoravelmente. É que desde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que Alvarenga anexou Silvares, pelos vistos, o senhor Dr. Fausto, não se preocupou ou não sabia ou ignorou, acho estranho, ou está mal assessorado juridicamente, pelos vistos, foi o que o senhor presidente há bocado disse, não sei se é verdade ou não, mas pelos vistos não pediu esse tal parecer que era necessário. Pediu, em tempo, em boa hora? Não sei, não falo muito com ele, apesar de agir em gestor de negócios não falo muito com ele e somos amigos. Mas há outra coisa que me preocupa, vocês dizem que só receberam este parecer há dois dias, então ele não vos comunicou enquanto presidente eleito pela vossa coligação. Eu estou a falar-vos de Silvares. Então agora vamos apanhar esse argumento, porque a vossa votação para Silvares é igual à de Cristelos. Não é. Exatamente igual, até os fundamentos estão ali reproduzidos. Portanto se vocês já tinham conhecimento do parecer para Silvares, porque é que a vossa votação não foi diferente? Porque é que há um que vota contra, outro que se abstém e um que vota a favor, com os mesmos fundamentos. Não tem justificação.»

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Muito rapidamente, embora tenha ficado claro, mas nunca é de mais sublinhar, que esta obra não é da Câmara. É uma obra financiada pela Câmara, como a outra de Cristelos mas é uma obra que vai ser da responsabilidade da Junta de Freguesia e da respetiva Paróquia. Portanto, senhor Dr. José Gonçalves não junte esta obra a todas as outras para perfazer essa percentagem dos vinte por cento. Mas já agora lanço-lhe um desafio, para o ano, se cá estiver, porque eu conto de estar, faça-lhe esse desafio de comparar o investimento de dois mil e dezassete com o investimento de dois mil e dezoito. E já agora também pode fazer outro exercício que é comparar o investimento de dois mil e treze com o de dois mil e catorze. E se calhar vai chegar à conclusão de que aquilo que afirmou não se adapta a Lousada.»

----- De seguida foi posta à votação a proposta número oito do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do protocolo, anexo à proposta, que visa estabelecer cooperação técnica e financeira entre a União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, Município de Lousada e Fábrica da Igreja Paroquial de Silvares, tendo em vista a realização das obras de requalificação do Adro da Igreja Paroquial de Silvares, conforme o disposto na al. j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro”.

----- A proposta número nove foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- DÉCIMO PONTO: Atribuição de subsídio para as obras de demolição e reconstrução do Edifício da Sede da Junta de Cristelos -----

----- Intervenção do Sr. José Oliveira Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais: «Senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, senhor presidente da Câmara, senhor vereador, caros colegas deputados, excelentíssimo público presente. Antes de mais e de qualquer dúvida neste ponto, caro colega senhor professor Vilar, vou votar claramente favorável, a minha intensão de voto é favorável. No entanto apraz-me dizer o seguinte e recuar um bocado no tempo. Vamos recuar há cerca de um ano atrás e também a sete anos, se me permite. A Junta de Freguesia, outrora Nespereira, elaborou um processo que era, angariação de terrenos para a construção do novo centro escolar de Nespereira, no qual me empenhei afincadamente como também a Câmara se empenhou na resolução desse problema, porque não havia terreno. Após esse feito positivo de angariar os terrenos, acontece que em reunião com o senhor ex-presidente da Câmara, Dr. Jorge Magalhães e com o atual, enquanto vice-presidente Dr. Pedro Machado, tive uma reunião na qual ficou combinado que os edifícios escolares referentes à freguesia de Nespereira passariam para a tutela da Junta. Após essa reunião, elaborei um documento, tipo ata, o qual enviei ao senhor presidente da Câmara, e a resposta que obtive, foi na pessoa do senhor professor Vilar enquanto vereador da educação, a dizer que de facto após essa construção os edifícios da freguesia passariam para a tutela da Junta. Atualmente, ainda bem, estão presentes todos os intervenientes, acontece porém, fico triste com as atitudes que por vezes são tomadas. O facto da escola da Boavista passar para uma Associação, acho muito bem, fazia parte do projeto, conversamos sobre isso e sempre acordamos sobre isso. O Dr. Jorge Magalhães na altura concordou com o projeto, com o Jardim de Infância também concordou, e concordou que a escola do Cruzeiro passaria para sede da Junta da Freguesia de Nespereira. Acontece porém que ficou tudo bem esclarecido, não houve qualquer tipo de dúvida, para meu espanto, no ano passado, sensivelmente, ou há cerca de há dois anos, em conversações com o senhor vereador da educação, no qual teimosamente, não me queria atribuir a escola do Cruzeiro para essa finalidade. Queria outro fim para a escola do Cruzeiro. No entanto tudo isto foi decorrendo, criou aqui, digamos um certo mau estar entre ambos, mas ficou resolvido. Tudo bem, concordo com tudo, exceto uma cláusula, é a diferenciação em termos de equidade do tratamento desta questão. Ficou escrito, expressamente escrito, através do contrato de cedência por vinte e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

cinco anos, que a Câmara não apoiaria financeiramente as obras de adaptação para sede da Junta da Freguesia de Nespereira e Casais. Ora aí é que está a questão. E hoje fico contente que o meu caro colega da União de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, tenha conseguido desencalhar aquele edifício que estava lá emparrado há vários anos. E agora não venham dizer que outrora Cristelos, não tem sede de Junta, que não foi apoiado. Não, teve outras benesses com certeza, como teve outras freguesias, aquando da construção da sua sede de Junta. Pelo menos o senhor Dr. Jorge Magalhães enquanto presidente de Câmara sempre nos habituou a ser pessoa equilibrada na distribuição da sua riqueza, presumo eu, que Cristelos terá tido a sua benesse, se não fosse mais, no que está lá feito, na atribuição de materiais ou algo do género. A questão que se coloca aqui é esta. Não acha correto senhor presidente e senhor vereador, que essa cláusula, dizer lá taxativamente, não tive outro recurso se não aceitar, como é óbvio, não estava em poder de negociação, não acha interessante que nesse protocolo fosse retirada essa cláusula e que também fosse atribuído um subsídio à União de Freguesia de Nespereira e Casais para remodelar a sua sede de Junta. E assim ficaríamos todos em igualdade de circunstância. E curiosamente até é interessante, uma Junta da coligação e uma Junta do Partido Socialista que é poder. Daí senhor presidente, se me permite, também lhe peço isto senhor vereador, que se faça a devida correção do contrato que assinamos e acho que o senhor Dr. Jorge Magalhães pode apadrinhar esta correção porque de facto é legítima.» -----

----- Intervenção do Sr. Eduardo Vilar Presidente da Junta de Freguesia de Cristelos Boim e Ordem: «Bom, hoje, já fez aqui a pergunta várias vezes, porque é que estas obras aparecem agora? E parece-me que também em sede de reunião de Câmara terá acontecido o mesmo. Porque é que não foi há dois anos, porque é que não foi há um ano e meio ou porque é que não foi há dez. Se bem me lembro e eu era vereador nessa altura, quando foi feita a cedência do edifício da escola primária para sede de Junta de Cristelos, à época ao senhor Gonzaga, falecido. Ele remodelou o edifício com o nosso apoio e há cerca de nove anos a Junta propôs-se a refrescar todo o edifício ou beneficiar o edifício. E o que aconteceu é que efetivamente edificou muito para além daquilo que o próprio PDM permite. O que só por si dá perda de mandato. E o vizinho de trás interpôs um embargo no Tribunal Administrativo de Penafiel e esse embargo durou, não foi até há dois anos, foi até ao dia dez do onze de dois mil e dezasseis. Está aqui a ata do acordo final, ou seja estamos a falar de há sete meses atrás, em que impõem a demolição de cento e sessenta metros quadros de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

edificado, estamos a falar de uma vivenda. Eu nunca fiz disto qualquer utilização pública, estou a partilhar isto aqui convosco, agora. Apesar de tudo é o sítio, é o local, adequado. E esta demolição impôs todo um trabalho de reconstrução para consolidar o que ia restar e portanto ser possível demolir os cento e sessenta metro quadrados que durou até há uma semana atrás. E só agora estamos em condições de poder avançar com a execução da obra. Não é para as eleições, eu não prometi a ninguém fazer a obra, nem vou fazer, como as obras do Adro, o senhor padre também perguntou, para quando? Depois das eleições, vamos fazendo conforme houver dinheiro. Não é para as eleições, eu acredito que vos custa aceitar. Eu não vou por aí. Mas já não vou por aí há muitos anos, por isso vocês dizem que eu sou cínico, mas continuarei a ser até morrer, herdei isto dos genes dos meus pais. Tenham paciência, deixem-me andar cá mais cinquenta anos, isto para chegar à idade do meu visavó. Portanto meus caros, estamos a dar cumprimento à transação judicial que nos impôs uma série de indemnizações, que nos impôs a reconstrução de tudo que foi demolido no terreno do senhor Delfim, e que cujo prazo termina na próxima semana. Eu tenho já a indemnização toda paga, as chaves entregues e o auto de verificação “in loco” com o proprietário, que me disse, “obrigado por ter cumprido palavra”. E eu disse, não fiz mais que a minha obrigação.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: «Só para dar aqui algum esclarecimento na questão colocada pelo senhor presidente da Junta da União de Freguesias de Nespereira e Casais. O senhor vereador não é propriamente teimoso. Também eu sou teimoso quando defendo aquilo em que acredito, nas minhas convicções. Foi o que aconteceu seguramente nestas negociações, ou seja, houve sobretudo aqui um mal-entendido. O senhor presidente da Junta tinha uma determinada perceção do assunto, que era no fundo, a Junta decidiria o que fazer com cada uma das escolas, mas a nossa perceção nunca foi essa. A nossa perceção com todas as Juntas, é que havia que dar um destino aos edifícios devolutos e que faria sentido que esses edifícios continuassem ao serviço da freguesia, mas o continuar ao serviço da freguesia não quer dizer que seja em gestão direta pelas freguesias. Naturalmente que procuramos em todas as situações que as soluções a adotar fossem consensuais e por isso é que negociamos com todas as Juntas de Freguesia. Mas apesar de tudo conseguiu-se o consenso para todas as situações e essa cláusula que refere relativamente à sede não é uma proibição de financiamento. Foi para que ficasse claro para a posteridade que pelo facto da Câmara estar a ceder aquele edifício para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

uma pretensão legítima da Junta de Freguesia de mudar a sua sede, que não se criasse ali uma forte expectativa, quase uma obrigação da Câmara financiar a obra. E porquê? Porque nós não temos só uma Junta de Freguesia, não temos apenas uma Junta de Freguesia, temos outras e muitas outras também poderão ter essa aspiração de mudar de sede. Lembro-me do senhor presidente da Junta de Nevogilde me ter dito uma vez que gostaria de mudar a sede da Junta para a escola, que entretanto já está requalificada, onde já está o rancho. E como Nevogilde poderão existir outras que tenham a mesma expectativa. Como nós trabalhamos de uma forma séria e responsável e não gostamos de enganar ninguém, foi só uma mera salvaguarda, mas essa cláusula não proíbe o financiamento. É uma mera salvaguarda, para não condicionar as opções que a Câmara vai ter de tomar no futuro, porque os recursos financeiros não abundam, temos de definir prioridades e fazer opções. De qualquer modo, eu julgo que a intervenção necessária para a mudança não será muito substancial, não será na envergadura que é por exemplo esta intervenção em Cristelos. Não é seguramente. Mas não veja nessa cláusula uma desresponsabilização da Câmara. É só para ficar claro porque podia-nos ser cobrado isso. Se a cláusula não existisse, poderíamos vir a ser questionados no futuro porque é que a Câmara cedeu o edifício para mudar a sede e agora não financia as obras? Essa questão do financiamento das obras é uma questão para ser discutida e ponderada no futuro. Essa suposta teimosia do senhor vereador tem que ver só com isso, para que a Câmara não ficasse condicionada a ter que financiar a obra. O que eu sempre disse a todos os presidentes de Junta, a Câmara não se podia demitir desta responsabilidade de assegurar que o destino a dar a cada um dos edifícios fosse o mais consentâneo com as necessidades do concelho e das freguesias. Procuramos este diálogo com todas as Juntas para que o destino a dar fosse o mais consensual. A partir do momento em que percebemos que a Junta tinha ali um forte interesse e uma forte convicção de um dia mudar a sua sede, tudo bem anuímos e chegamos a acordo como em todas as situações, mas foi só para que a coisa ficasse clara, não propriamente para dizer que fica proibido o financiamento.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número nove do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada aprovação de um subsídio no valor de 60.000,00€ repartido por dois anos (30.000,00€ em 2017 e 30.000,00€ em 2018), à União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, para demolição e reconstrução do edifício da Sede da Junta de Freguesia, conforme o disposto na al. j) do n.º



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro” -----

----- A proposta número nove foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- Com declaração de votos dos seguintes membros:-----

----- António Filipe Barbosa da Coligação Eleitoral PPD/PSD.CDS-PP: " Votamos favoravelmente, por várias razões, primeiro, porque o meu colega de bancada e Presidente de Junta de Nespereira e Casais, utilizou aqui o termo correto, é o desencalhar, é o que melhor se aplica. Ficamos felizes que se desencalhe aquela situação. Mas também era importante dizer aqui, para que fique claro, e vou repetir que a aparente confusão, porque não falaram disso, mas nós não nos envergonhamos daquilo que fazemos, nem daquilo que dizemos, nem daquilo que votamos e, por isso, a aparente confusão que existiu serviu apenas um propósito. Um propósito muito simples, primeiro mostrar que a coligação sempre esteve, está e sempre estará ao lado das obras úteis para as Juntas de Freguesia, nomeadamente as sedes de Junta, as obras de requalificação, de adro de igreja e casas mortuárias. No entanto, é necessário dizer e, foi isso que aconteceu no executivo, que é necessário tornar, de algum modo público, desocultar, desmascarar este despudor, porque é um bocadinho isso, este despudor de tratar diferenciadamente as Juntas de Freguesia. E o meu colega trouxe aqui isso. É necessário dizer isso. E para que o meu voto favorável fosse ainda maior, eu agradecia, ou sugeria, vou fazer uma sugestão, porque também voto em Cristelos, que coloquem um daqueles cartazes bonitos com o projeto previsto para lá. Já que vão fazer, já que há um financiamento, já esta previsto, coloquem lá um cartaz bonito com o projeto que está previsto para lá. Porque deve haver um projeto." -----

----- João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: “Também queria fazer uma declaração de voto. Como é óbvio, aprovo isto. Acho que aquele mamarracho já está ali há demasiado tempo. Ainda era miúdo e lembro-me daquilo já ali. Não sei quem fez. Também não quero aqui puxar a brasa à sardinha dos outros. Há duas coisas que quero dizer, primeiro eu aprovo isto, porque é uma decisão judicial e mais também me parece que vale a pena aprovar obras quando as sedes de junta precisam de obras e tem de ser requalificadas. Agora não ando aqui a dar livres de trânsito e acho bem que tenham colocado essa cláusula quando a freguesia está minimamente servida. Uma coisa é nós dizermos assim, como Alvarenga aqui há uns anos não tinha nada. E era na Igreja. Se a junta fosse na Igreja, estou como o outro. Agora vocês estão servidos minimamente, para já. Nós hoje aprovamos subsídio Nespereira, PSD, subsidio para Cristelos, PS,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

subsídio para Silveiras, PSD, não é o critério eu já vou explicar, o critério. Cristelos, ou seja conto duas Juntas de Freguesia PS e duas Juntas Freguesia da Coligação. Portanto, vamos por partes, primeiro lugar se isto não é equidade, eu não sei o que é. Eu vou citar mais um estudo, uma universidade de Estados Unidos conclui que, normalmente, os presidentes em exercício partem com quarenta por cento mais de probabilidades de serem reeleitos. Pronto, agora é para queimar. A segunda questão vocês é que metem a bola entre o Benfica e Sporting, porque isto não é por ser a junta PS ou PSD ou Coligação. É necessidade de obras, percebem! É necessidade das obras e nós pelo menos somos coerentes, somos coerentes em verificar quando é que as obras são necessárias, não são necessárias e aprovar os investimentos. E pelo menos há uma coisa que nós estamos sempre em uma só voz. Eu estou de consciência tranquila, porque não votei contra ao cumprimento de uma decisão judicial. Quem fez este mamarracho não é do meu partido, quem fez este mamarracho nunca foi do meu partido e certamente que não teve o meu beneplácito. E, portanto, se é para começar também a caça às bruxas, vamos lá ver. O problema é que às vezes há dinheiro a mais, é esse o problema.” -----

----- António José Gonçalves da Coligação Eleitoral PPD/PSD.CDS-PP: "Votei favoravelmente, esta proposta que aqui veio. No entanto, não posso deixar de estranhar de que como o Presidente da Junta fez questão de dizer a decisão judicial é de novembro. E não posso deixar de estranhar que só agora à pressa à Assembleia Municipal em finais de junho, trazida pela Câmara, uma vez mais à pressa para chegar ao dia 1 de outubro, dia de eleições e foi só essa a preocupação que norteou a Câmara, mais nenhuma.” -----

----- DÉCIMO PRIMEIRO PONTO Suspensão do PDM no âmbito do RERAE - Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dez do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada aprovação, nos termos do art.º 126º RJIGT- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e do nº 5 e 6 do artº 12º do RERAE – Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas, que determina a suspensão das normas do Regulamento do PDM identificadas nas atas das respetivas conferências decisórias realizadas, exclusivamente na área de incidência das operações urbanísticas a legalizar, no âmbito do RERAE, e aprove as seguintes medidas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

preventivas: 1 – Por motivo da Suspensão do PDM na área de incidência das operações urbanísticas a legalizar no âmbito do RERAE, são estabelecidas medidas preventivas destinadas a assegurar a viabilização da regularização dos estabelecimentos industriais, atividades pecuárias, operações de gestão de resíduos ou aproveitamento de massas minerais, que obtenham licença definitiva por aplicação do RERAE (Decreto-Lei nº 165/2014); 2 – Na área objeto das medidas preventivas ficam proibidas todas as operações urbanísticas e demais ações que não tenham por objeto a regularização das atividades a que se refere o número anterior, nos termos aprovados em conferência decisória; 3 – A suspensão do PDM e da vigência das medidas preventivas caduca com a entrada em vigor da alteração ou revisão que resulta da aplicação do RERAE (Decreto-Lei nº 165/2014); e 4 – A suspensão entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação”. -----

----- A proposta número dez foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- DÉCIMO SEGUNDO PONTO: Declaração de Interesse Público Municipal - Projeto "Quinta da Vinha - Uma Nova Centralidade Social para Lousada" -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número onze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada que considere, nos termos da alínea a) do nº 3 do artº 25º do Decreto-Lei nº 73/2009 de 31 março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 199/2015 de 16 de setembro, que o projeto apresentado pela Santa Casa da Misericórdia de Lousada, “ Quinta da Vinha - Uma nova centralidade social para Lousada”, é de interesse público municipal, tendo em vista o seu reconhecimento como “ ação de relevante interesse público” para efeitos de utilização de uma parcela, com a área de 15.805 m² classificada como Reserva Agrícola Nacional, para fins não agrícolas” -----

----- A proposta número onze foi aprovada por unanimidade trinta e dois votos, dado que Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, presidente da Assembleia Municipal de Lousada, foi declarado impedido nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo decreto-lei nº 4/2015, de 07 de janeiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- DÉCIMO TERCEIRO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – GARDIBORDER- Granitos, Lda – Proc. nº 243/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número doze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita na Rua das Bitocas, freguesia de Meinedo, requerida em nome de GARDIBORDER- Granitos, Lda – Proc. nº 243/17, conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de trinta e um de maio de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número doze foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos . -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- DÉCIMO QUARTO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – João Lopes Nogueira – Proc. nº 281/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número treze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita em Fontelos, freguesia de Macieira, requerida em nome de João Lopes Nogueira – Proc. nº 281/17, conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de sete de junho de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número treze foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos . -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- DÉCIMO QUINTO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Isabel Maria Marques Gonçalves Melo dos Santos – Proc. nº 283/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número catorze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita na Rua de Campos, freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, requerida em nome de Isabel Maria Marques Gonçalves Melo dos Santos – Proc. nº 283/17, conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de treze de junho de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número catorze foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos . -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- DÉCIMO SEXTO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Rui Paulo Brandão Faria – Proc. nº 284/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número quinze do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita no Lugar da Bouça, freguesia de Sousela, requerida em nome de Rui Paulo Brandão Faria – Proc. nº 284/17, conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de treze de junho de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número quinze foi aprovada por unanimidade de trinta e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

três votos . -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes
presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- DÉCIMO SÉTIMO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público
Municipal – Lousacapotas - Fábrica de Encerados, Lda – Proc. nº 285/17 --

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia
Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dezasseis do
seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia
Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da
atividade industrial, sita na Rua 25 de Abril, freguesia de Figueiras,
requerida em nome de LOUSACAPOTAS – Fabrica de Encerados, Lda –
Proc. nº 285/17, conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento
e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado
de treze de junho de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do
nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número dezasseis foi aprovada por unanimidade de trinta
e três votos . -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes
presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- DÉCIMO OITAVO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público
Municipal – Agostinho da Costa Ferreira – Proc. nº 286/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia
Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dezassete do
seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia
Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da
atividade industrial, sita na Rua da Ponte nº 79, freguesia de Casais,
requerida em nome de Agostinho da Costa Ferreira – Proc. nº 286/17,
conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão
Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de treze de
junho de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do
artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número dezassete foi aprovada por unanimidade de trinta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

e três votos . -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes
presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- DÉCIMO NONO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público
Municipal – Sérgio António Silva Barbosa – Proc. nº 287/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia
Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dezoito do
seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia
Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da
atividade industrial, sita na Rua da Boavista nº 1, freguesia de Macieira,
requerida em nome de Sérgio António da Silva Barbosa – Proc. nº 287/17,
conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão
Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de treze de
junho de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do
artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número dezoito foi aprovada por unanimidade de trinta e
três votos . -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes
presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- VIGÉSIMO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal
– Gold Shoes, Lda – Proc. nº 289/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia
Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dezanove do
seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia
Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da
atividade industrial, sita na Travessa do Belmonte nº 105, freguesia de
Barrosas (Santo Estevão), requerida em nome de GOLD SHOES, Lda –
Proc. nº 289/17, conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento
e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado
de treze de junho de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do
nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número dezanove foi aprovada por unanimidade de trinta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

e três votos . -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes
presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- VIGÉSIMO PRIMEIRO PONTO Reconhecimento do Interesse
Público Municipal – Calçado Ferjor, Lda – Proc. nº 288/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia
Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número vinte do
seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia
Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da
atividade industrial, sita na Rua da Mata nº 27, freguesia de Barrosas
(Santo Estevão), requerida em nome de Calçado FERJOR, Lda – Proc. nº
288/17, conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e
Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de
treze de junho de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4
do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número vinte foi aprovada por unanimidade de trinta e três
votos . -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes
presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- VIGÉSIMO SEGUNDO PONTO: Reconhecimento do Interesse
Público Municipal – Blusa de Tons - Confeção, Lda – Proc. nº 314/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia
Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número vinte e um do
seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia
Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da
atividade industrial, sita na Av. S. Gonçalo, nº 557 R/C Traseiras, freguesia
de Macieira, requerida em nome de Blusa de Tons - Confeção, Lda – Proc.
nº 314/17, conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e
Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de
treze de junho de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4
do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número vinte e um foi aprovada por unanimidade de trinta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

e três votos . -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes
presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- VIGÉSIMO TERCEIRO PONTO: Reconhecimento do Interesse
Público Municipal – Camoreinveste- investimentos Imobiliários, Lda –
Proc. nº 293/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia
Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número vinte e dois
do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia
Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da
atividade industrial, sita na Rua da Indústria, freguesia de Cristelos, Boim e
Ordem, requerida em nome de Camoreinveste – Investimentos
Imobiliários, Lda – Proc. nº 293/17, conforme a informação técnica da
Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor
Presidente da Câmara, datado de treze de junho de dois mil e dezassete, em
cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014”--

----- A proposta número vinte e dois foi aprovada por unanimidade de
trinta e dois votos, dado que Carlos Pedro Moreira, presidente da Junta de
Freguesia de Meinedo, foi declarado impedido nos termos da alínea a) do
nº 1 do artigo 69º do Código do Procedimento Administrativo aprovado
pelo decreto-lei nº 4/2015, de 07 de janeiro. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes
presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- VIGÉSIMO QUARTO PONTO: Reconhecimento do Interesse
Público Municipal – Engrácia da Ascensão Ribeiro da Silva – Proc. nº
294/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia
Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número vinte e três do
seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia
Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da
atividade pecuária, sita em Cabo de Vila ou Corredoura, freguesia de
Silvares, Pias Nogueira e Alvarenga requerida em nome de Engrácia de
Ascensão Ribeiro da Silva – Proc. nº 294/17, conforme a informação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de treze de junho de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -----

----- A proposta número vinte e três foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos . -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- VIGÉSIMO QUINTO PONTO: Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Ferreira & Morais da Silva-Construções, Lda – Proc. nº 315/17 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número vinte e quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada o reconhecimento de interesse público municipal da atividade industrial, sita em Cimo de Vila nº 206, freguesia de Vilar do Torno e Alentém, requerida em nome de Ferreira & Morais da Silva Construções, Lda – Proc. nº 315/17, conforme a informação técnica da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de treze de junho de dois mil e dezassete, em cumprimento da alínea a) do nº 4 do artigo 5º do Decreto-lei nº 165/2014” -

----- A proposta número vinte e quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais -----

----- VIGÉSIMO SEXTO PONTO: Compromissos Plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considera que, neste ponto e ao abrigo da autorização prévia genérica, aprovada na sessão de trinta de abril do ano de dois mil e quinze, que a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes compromissos assumidos: - Ano de 2017 (54.900,00€+IVA); ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de 2018 (18.300,00€+IVA) para um Ajuste direto de aquisição de viaturas pesadas: Camião de suporte para máquina de reparar pavimentos asfálticos, camião com grua e báscula e camião pesado; e - Ano de 2017 29.855,00€+IVA); ano de 2018 (9.345,00€+IVA), situações em que o valor do compromisso plurianual não excede o limite de 99.759,58€, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, em conformidade com o nº 3 do artº 6º da Lei nº 8/12 de 21 fevereiro alterada e republicada pela Lei nº 22/2015 de 17 de março. -----

----- VIGÉSIMO SÉTIMO PONTO: Lousada Séc. XXI – Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. - Relatório de Execução Orçamental e Financeira - 1º trimestre 2017 -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considera que a Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório de execução orçamental e financeira relativo ao 1.º trimestre de 2017, da Lousada Século XXI – Atividades Desportivas e Recreativas, EM – Sociedade Unipessoal, Lda. -----

----- VIGÉSIMO OITAVO PONTO: Documentos de Prestações de Contas do ano de 2016 e Certificado Legal de Contas - Comunidade Intermunicipal Tâmega e Sousa -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considera que a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos de Prestação de Contas do ano de 2016 da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, conforme estabelece o nº 3 do Artº 41º dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. -----

----- VIGÉSIMO NONO PONTO: Documentos de Prestações de Contas do ano de 2016 e Certificado Legal de Contas - Associação de Municípios do Vale do Sousa -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considera que a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos documentos de prestação de contas do ano de 2016 da Valsousa, conforme estabelece o nº 3 do art.º 30º dos Estatutos da Associação de Municípios do Vale do Sousa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- TRIGÉSIMO: Fábrica da Igreja Paroquial de Nespereira – Atribuição de subsídio para obras de transformação da residência paroquial em salão paroquial.-----

----- Este ponto foi retirado da ordem do dia. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Não houve intervenção do público -----

----- Faltaram à sessão os seguintes membros: -----

----- Ana Sofia Martins Bessa e -----

----- Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos.-----

----- Eram vinte e três horas e cinquenta e um minuto quando foi dada por encerrada a sessão.-----

A MESA

